



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
ESTADO DE SANTA CATARINA



RESPOSTAS PADRÃO – PROVA DISCURSIVA

**QUESTÃO 01**

01) De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul, aprovado o Projeto de Lei, na forma regimental e de acordo com as normas da Lei Orgânica do Município, será ele, no prazo de dez dias úteis enviado ao Prefeito. Questiona-se:

- a) Qual o prazo máximo para a sanção do projeto aprovado pelo Prefeito Municipal?
- b) O Prefeito poderá vetar o projeto de Lei? Em quais hipóteses?
- c) Caso o Prefeito Municipal não se manifeste no prazo descrito em lei, o seu silêncio importará em qual consequência?

**RESPOSTA:**

A) De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul, art. 193, aprovado o Projeto de Lei, na forma regimental e de acordo com as normas da Lei Orgânica do Município, será ele, no prazo de dez dias úteis enviado ao Prefeito, que concordando, o sancionará no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis. **(2,00 pontos)**

B) De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul, art. 193, o Prefeito pode vetar o projeto de Lei quando entender que o Projeto é no todo ou em parte, inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público. **(2,00 pontos)**

C) De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul, art. 193, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção, sendo o projeto de lei promulgado pelo Presidente da Câmara Municipal. **(2,00 pontos)**

**QUESTÃO 02**

02) Tramita perante a Câmara Municipal de Rio do Sul, os projetos de leis abaixo mencionados. Opine fundamentadamente sobre a Constitucionalidade ou Inconstitucionalidade dos mesmos.

- a) Projeto de lei de autoria do Poder Executivo pretende alterar o horário de funcionamento das Agências Bancárias do Município.
- b) Projeto de lei de autoria do Poder Executivo pretende incluir dispositivo no Código Tributário do Município a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- c) Projeto de lei de autoria do Poder Executivo pretende incluir no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul disposição que torna desnecessária a defesa técnica por advogado em processo administrativo disciplinar.

**RESPOSTA:**

a) **O projeto de Lei é INCONSTITUCIONAL**, de acordo com a Súmula nº 19 do Superior Tribunal de Justiça, que assim dispõe: Horário Bancário - Fixação – Competência – A fixação do horário bancário, para atendimento ao público, é da competência da União. **(2,00 pontos)**

b) **O projeto de Lei é INCONSTITUCIONAL**, de acordo com Súmula Vinculante n. 21 do Supremo Tribunal Federal que assim dispõe: É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo. **(2,00 pontos)**

c) **O projeto de Lei é CONSTITUCIONAL**, de acordo com Súmula Vinculante n. 05 do Supremo Tribunal Federal que assim dispõe: A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição. **(2,00 pontos)**